



Número: **0800909-85.2017.8.15.0271**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Picuí**

Última distribuição : **08/12/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **SEGURO, ACIDENTE DE TRÂNSITO, SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
I. H. S. S. (AUTOR)		NILO TRIGUEIRO DANTAS (ADVOGADO)	
I. D. S. S. (AUTOR)		NILO TRIGUEIRO DANTAS (ADVOGADO)	
MARIA DA LUZ DOS SANTOS (AUTOR)		NILO TRIGUEIRO DANTAS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA - PGJ 09.284.001/0001-80 (MINISTÉRIO PÚBLICO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
11597779	08/12/2017 16:23	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
11597823	08/12/2017 16:23	<a href="#">Docs Pessoais Islayne</a>	Documento de Identificação
11597859	08/12/2017 16:23	<a href="#">Procuracao + docs maria da luz</a>	Documento de Identificação
11597927	08/12/2017 16:23	<a href="#">8.Laudo cadaverico</a>	Documento de Comprovação
11598059	08/12/2017 16:23	<a href="#">5.BO</a>	Documento de Comprovação
11598586	08/12/2017 16:23	<a href="#">10.-dec-unicos-herdeiros-1-3</a>	Documento de Comprovação
11598814	08/12/2017 16:23	<a href="#">11.-sinistro_req_administrativo</a>	Documento de Comprovação
11599103	08/12/2017 16:23	<a href="#">Laudos médicos internação</a>	Documento de Comprovação
18774806	23/01/2019 10:55	<a href="#">Petição CANCELAMENTO DISTRIBUIÇÃO + ARQUIVAMENTO</a>	Petição
20595131	14/05/2019 15:30	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
26075395	09/11/2019 17:18	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
26226496	14/11/2019 11:28	<a href="#">Cota</a>	Cota
27888913	03/02/2020 07:30	<a href="#">Expediente</a>	Expediente

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE  
PICUI – ESTADO DA PARAÍBA**

**ITALO HUGO SANTOS SILVA**, brasileiro, solteiro, estudante, menor impúbere, portador do CPF nº. 108.775.244-24 e da Cédula de Identidade Civil nº. 4.223.217 SSDS/PB, e, **ISLAYNE DOS SANTOS SILVA**, brasileira, solteira, estudante, menor impúbere, portadora do CPF nº. 108.152.924-57 e da Cédula de Identidade Civil nº. 4.223.215 SSDS/PB, os quais nesse ato são assistidos e representados, por sua genitora **MARIA DA LUZ DOS SANTOS**, brasileira, solteira, agricultora, portadora do CPF nº. 029.271.764-42 e da Cédula de Identidade Civil nº. 1.800.848 2ª via SSDS/PB, sendo todos residentes e domiciliados no Sítio Mari Preto, s/n, Zona Rural, Picui/PB, vem através de seu procurador, Advogado “in fine” assinado, com endereço profissional na Av. Getúlio Vargas, 75, Centro, Picui – PB onde recebe intimações, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º da lei 6.194/74 propor:

---

**AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO  
DE SEGURO DPVAT c/c REPARAÇÃO DE  
DANOS**

---

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20031-20 pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:



## PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, requerem de Vossa Excelência que seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, visto que, os promoventes são pobres na forma da lei, sendo desprovidos de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado. Nessa linha de pensamento, a 4ª. Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é assente na matéria, tendo aduzido: *"a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado, é, na medida da presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal. (05. 4ª. Turma, STJ, Rec. Esp. 38124-0, 20/10/93, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, RJSTJ 6/412)."* Além do que a Constituição de 1988, sensível à realidade social do país, inseriu como **"direito e garantia fundamental"** do povo brasileiro, o livre acesso ao Judiciário. Como a todo direito corresponde uma obrigação, temos que ao Estado compete fornecer os meios necessários de acesso à justiça de todos aqueles que dela necessitar. Portanto, nada mais resta a esse nobre magistrado seguir por esse entendimento.

## DOS FATOS

É de bom grado, enunciarmos logo que os autores ITALO HUGO SANTOS SILVA, e, ISLAYNE DOS SANTOS SILVA, na qualidade descendente; bem como a autora MARIA DA LUZ DOS SANTOS, na qualidade de viúva meeira, ante o fato de ter mantido união estável com a vítima ZILTON DA SILVA COSTA, o qual faleceu na data de 09 de Dezembro de 2016, vítima de acidente de trânsito, conforme denuncia a Certidão de Óbito do de cujus e demais documentos em anexo, no estado civil de união estável, deixando apenas como os únicos herdeiros legais e beneficiários, os autores acima indicados.

Também é certo que, no dia 30/10/2016, por volta das 14h00min, ZILTON DA COSTA SILVA foi vítima de acidente de trânsito, quando vinha trafegando pela Estrada Rural Municipal, pilotando a moto Honda CG 125 Today, placa MND-0187/PB, chassi 9C2JC1801KR411556, cor preta, ano/modelo 1989/1989, Renavam 180197266, e nas proximidades do Sítio Pororoca, zona rural do município de Nova Floresta/PB, a vítima acabou colidindo frontalmente



com um veículo CELTA, placa K KU-2320/PB, chassi 9BGRX4810AG210214, cor prata, ano/modelo 2009/2010, Renavam 170875350, o qual era conduzido no momento do sinistro por JEFFERSON TAUIN ARAUJO CAVALCANTE, filho do empresário Lamparina, tendo o dito condutor do veículo solicitado o SAMU e tal unidade de socorro comparecido ao local e encaminhado a vítima ZILTON para o Hospital de Emergência e Trauma Dom Luís Gonzaga Fernandes na cidade de Campina Grande/PB, onde o mesmo permaneceu internado por quase 50 dias e acabou não resistindo a gravidade de seus ferimentos e veio a óbito no dia 09/12/2016. Que devido ao seu falecimento, o corpo da vítima Zilton foi encaminhado para o UML de Campina Grande/PB para que fosse submetido a necropsia, conforme consta nos Boletins de Ocorrências nº. 672/2016 expedido pela Delegacia de Polícia Civil de Picuí/PB e pelo Plantão Centralizado da 2ª Superintendência Regional de Polícia Civil de Campina Grande/PB, ambos em anexo.

Ademais, o de cujus segundo o Laudo Tanatoscópico nº. 03.03.01.122016.11924 (C 489616 – NIC 2016-2937) em anexo, JAILSON teve como causa mortis Trauma cranioencefálico secundário a acidente de trânsito, o que corrobora mais ainda para a comprovação do sinistro.

É tanto que os autores requereram, na esfera administrativa, o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório Dpvt junto a uma seguradora consorciada da requerida (Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A.), **sob sinistro nº. 3170458594, tendo tal procedimento extrajudicial sido NEGADO**, razão pela qual só restou ao mesmo recorrer ao judiciário para ter seu direito a receber tal indenização, conforme se infere no documento em anexo.

Portanto, diante dos documentos acostados a inicial, concluímos pela morte da genitora dos menores requerentes decorrente de acidente de trânsito, devendo esse nobre juízo reconhecer tal direito e fazer com que a ré efetue o pagamento integral da indenização do seguro obrigatório, que segundo o art. 3º da lei 6.194/74, inciso II, o qual é no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**. Razão pela qual essa presente ação foi proposta.

## DO DIREITO



A indenização do seguro obrigatório DPVAT é bastante consagrada em nosso ordenamento jurídico, e, é de tal forma regida pela Lei nº. 6.194/74, a qual é a norma disciplinadora desse respectivo seguro, ela prenuncia que a indenização será paga as vítimas de acidente de trânsito que venham a morrer, a sofrer invalidez permanente em algum órgão ou membro, ou até mesmo aquela pessoa que só venha a receber cuidados médicos. Logo, tais situações se encontram denotadas no art 3º, após a vigência da lei 11482/07, desta referida lei:

*“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:*

***I -- R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) - no caso de morte;***

***II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;***

***e***

***III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”***

Logo, como é explanado por tão nobre artigo, a lei garante o direito de receber uma indenização como prêmio desse seguro. De antemão, deve ser condenada tanto à promovida bem como qualquer outra seguradora que opere com o seguro obrigatório. Pois, além do que tais seguradoras fazem parte de uma federação denominada FENASEG.

Também é de bom grado ressaltar que tais seguradoras encontram-se delineadas nas Circulares Administrativas e Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados, pela SUSEP e pela FENASEG, para qual tem maior fidelidade do que ao próprio ordenamento jurídico brasileiro, chegando tais seguradoras a transgredirem até o que é postulado pelas leis.

Neste diapasão, tentam tais órgãos conjuntamente com as seguradoras aventurar-se a assentarem algumas resoluções e circulares acima das leis e demais decretos de nossa legislação pátria. O que é para nós uma avassaladora violação e desrespeito ao nosso ordenamento jurídico, chegando até a ferir o princípio constitucional da Hierarquia das Leis.



A indenização do seguro obrigatório DPVAT é bastante consagrada em nosso ordenamento jurídico, e, é de tal forma regida pela Lei nº. 6.194/74, a qual é a norma disciplinadora desse respectivo seguro.

Ela prenuncia que a indenização será paga as vítimas de acidente de trânsito que venham a morrer, a sofrer invalidez permanente em algum órgão ou membro, ou até mesmo aquela pessoa que só venha a receber cuidados médicos.

Como foi visto e denotado foi o promovente vítima de acidente de trânsito, e como tal deveria ter recebido o seu direito ao prêmio dpvat à época. Porém, por desconhecimento, o promovente não sabia na ocasião quando sofrera tal sinistro que poderia receber indenização referente ao seguro obrigatório. Com isso, vindo pleiteá-la nesses dias atuais.

E, por ter o pai dos requerentes falecido em decorrência de acidente de trânsito, todos vieram ao Poder Judiciário receber o que lhe entende ser de direito que é o valor referente a morte, motivo pelo qual esse douto juízo deverá reconhecer tal direito e auferir desta feita o valor estipulado pela referida Lei.

Por conseguinte, dispõe a lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que o valor correspondente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir a tangência do art. 3 desta referida lei, cujo diz que o quantum deverá ser **de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte ou invalidez permanente.**

E corroborando com esse mesmo sentido é que vem julgando nossos Tribunais Superiores:

*42000216 - CIVIL E PROCESSUAL CIVIL: AÇÃO DE COBRANÇA; ACIDENTE DE TRÂNSITO; SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT; **VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADO EM REAIS, COM BASE NO ART. 3º, DA LEI Nº 6.194/74, COM A REDAÇÃO DA LEI N. 11.482 / 2007**; CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO, POIS FOI APÓS A VIGÊNCIA DA REFERIDA LEI; JUROS DE MORA A CONTAR DA DATA DE NOTIFICAÇÃO DO SINISTRO À SEGURADORA, QUE, NA FALTA PROVA EM CONTRÁRIO, DEVE SER A DA CITAÇÃO. 1. - **As resoluções do conselho nacional de seguros privados – Cnsp e da superintendência de seguros privados – Susep, embora incidam em domínio normativo próprio e específico, sobretudo no campo da regulamentação securitária, não podem contrariar a Lei Formal,***



**sob pena de inconstitucionalidade. 2. - SE A LEI N. 11.482 / 2007, AO INCLUIR O INCISO II, NO ART. 3º, DA LEI Nº 6.194 / 74, INTRODUZIU VALORES FIXOS**, expresso em reais, para a indenização do seguro DPVAT, é claro que a atualização monetária, sob pena de *bis in idem*, deve ser feita a partir da sua entrada em vigor, que co-incide com a data da publicação (31 / 05 / 2007), como dispõe o art. 24, inc. III, da referida Lei. A correção monetária contará a partir do ajuizamento da ação, nos casos em que derem entrada após a vigência da Lei n. 11.482 / 2007. 3. - Essa é a única forma de se manter a identidade daqueles valores no tempo, a despeito da manutenção, no texto normativo, do seu valor nominal, para que seassegure, mesmo com a permanente depreciação da moeda, que o valor real da indenização, ou seja, o que foi prefigurado pelo legislador, será sempre respeitado. (TJ-AC; AC 2008.001717-1; Rio Branco; Relª Desª Miracele Lopes; DJAC 29/07/2008; Pág.2).

50131277 - APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO DPVAT. MORTE. COMPETÊNCIA DO CNSP. VALOR DA INDENIZAÇÃO. JUROS DE MORA. CORREÇÃO MENETARIA. 1 - Improcedente a preliminar de falta de interesse de agir das apeladas, se a eventual quitação firmada pelas mesmas refere-se somente ao valor recebido, que é apenas parte do total a que tem direito, podendo, obviamente pleitear a complementação do valor total do seguro, recebido a menor. 2 - Não e da competência do cnsp fixar valores da indenização em comento, mas estabelecer regras para o pagamento e a forma de distribuição entre as seguradoras. 3 - No caso de morte, o valor do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) a epoca era 40 (quarenta) salários mínimos, devendo a parte autora receber a diferenca entre o que foi pago e o valor total. 4 - O valor do salário minimo a ser considerado e o vigente na data do ajuizamento da ação, incidindo-se sobre o valor principal do debito, a partir de entao, correção monetaria pelo INPC e juros moratórios de um cento (1%) ao mes, a partir da citação. Apelação improvida. Sentença retificada em parte de oficio. (TJ-GO; AC 135543-6/188; Jataí; Rel. Des. Fausto Moreira Diniz; DJGO 25/03/2009; Pág. 435)

Ademais, noutra banda, disserta a descrita lei em seu art. 5º:



*“Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”*

Destarte, a norma que rege o seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, determina em seu art. 5º que o pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente**, do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida ainda qualquer franquia por parte do segurado.

Esse também é o entendimento já do douto doutrinador MARTINS (2005, p. 26), cujo citando apenas a Resolução CNSP 37/68, como mera ilustração, preceitua que:

*“A já citada Resolução CNSP 37/68, adota a teoria da responsabilidade objetiva como norteadora para o pagamento dos valores indenizatórios. É uma responsabilidade que nasce dos que utilizam de veículos em vias públicas, resultando o pagamento do simples evento causador de danos pessoais a alguém.”*

A jurisprudência também é pacífica nesse sentido:

*No seguro obrigatório em acidentes de veículos adotou-se a teoria da responsabilidade objetiva, independo da aferição de culpa a obrigação de indenizar, mesmo que o motorista do veículo acidentado seja proposto de seu proprietário. (RT 512/281).*

*134005755 – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA – DESNECESSIDADE DA PROVA DA CULPA – À seguradora, cumpre pagar, por força de lei, o valor indenizatório ao cônjuge da pessoa vitimada em acidente de veículo, coberto pelo seguro obrigatório de danos pessoais. O recebimento dos valores pertinentes ao seguro*



*obrigatório independe de qualquer comprovação ou pesquisa sobre a culpa do condutor do veículo causador do dano, já que, decorrendo do Decreto-Lei nº 73/66, cuida de responsabilidade objetiva que, como tal, prescinde da coexistência do elemento culpa. É computável a correção monetária sobre os valores devidos, calculada a partir da data do efetivo desembolso das despesas, além dos juros de 0, 5% ao mês contados a partir da citação. (TAMG – AP 0345692-6 – (51746) – Contagem – 3ª C.Cív. – Relª Juíza Jurema Brasil Marins – J. 03.04.2002)*

Logo, por essas provas apresentadas, fundamentadas e legítimas já se evidencia e prontamente se percebe o direito da autora em receber o prêmio do seguro DPVAT, pois, como já fora explicitado anteriormente na norma legal, o pagamento da indenização será devida mediante a simples ocorrência do acidente e do dano dela decorrente, in casu, a morte do pai dos requerentes.

Ainda nesse mesmo diapasão, essa referida lei preceitua que dentre os vários critérios que após a entrega dos documentos da vítima e do beneficiário, a seguradora terá 15 (quinze) dias de prazo para pagar o seguro aos que dela fazem “jus”.

Contudo, a Lei n. 8.441/92, que alterou alguns dispositivos da norma 6.194/74, trouxe ainda mais abrangência do seguro DPVAT, principalmente em seu art. 7º, cujo afirma:

*“Art. 7º. A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.”*

Razão pela qual deverá ser paga a indenização ora pleiteada.



Ainda no que tange ao recebimento da indenização, devemos ressaltar a questão da correção monetária e dos juros que deve contar desde a data do sinistro, o que é concretizado em nosso ordenamento jurídico e em nossos tribunais, conforme explicita a jurisprudência abaixo em epigrafe:

*DPVAT. Seguro obrigatório, Acidente de trânsito. Vítima fatal. Valor pré-fixado. Prêmio. Correção monetária e juros legais a contar do sinistro. Incidência. Pagamento apenas do valor tabelado. Pedido de pagamento do resíduo. Possibilidade. Improcedência. Apelação Cível provida em parte. **Sobre o valor pré-fixado da indenização do seguro obrigatório DPVAT deve incidir correção monetária e juros legais a contar da data do sinistro, quando nasceu a obrigação da seguradora.** Desse modo, se apenas é pago o valor tabelado, sem os acréscimos legais, impõe-se julgar procedente o pedido de pagamento do resíduo do seguro. (processo nº 888.2002.009375-1/001, 1ª CAMARA CIVEL, Relator DES. ANTONIO DE PADUA LIMA MONTENEGRO, julgamento em 21/11/2002)*

*100232170 – JUROS MORATÓRIOS – Acidente de trânsito. Vítima fatal. Cobrança de diferença de seguro obrigatório. Cálculo apresentado pelos requerentes com juros de mora já computados. **Sentença que acolheu integralmente o pedido e determinou a incidência destes a partir da citação. Contradição incorrente.** Cálculo da inicial correto. Juros que devem ser aplicados da data em que a seguradora não efetuou o pagamento integral da indenização. Cálculo destes da citação que deverá ser feito somente sobre o principal do débito, para o período posterior ao computado na inicial. Aplicação de juros sobre juros incorrente. Recurso improvido. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ – Seguro obrigatório (DPVAT). Acidente de trânsito. Vítima fatal. Cobrança de diferença de valores. Seguradora que efetuou pagamento da indenização em valor inferior aos 40 salários mínimos previstos na Lei. Pretensão de aplicação de multa. Descabimento no caso. Requerida que encontra-se em liquidação extrajudicial. Recurso improvido. SEGURO OBRIGATÓRIO – (DPVAT) – Responsabilidade civil. Acidente de trânsito. Vítima fatal. Recebimento pelos*



*beneficiários de parte da indenização. Valor desta que deveria ter sido de 40 salários mínimos. Recebimento da diferença cabível no caos. Viabilidade da fixação do valor da indenização em salários mínimos. Lei nº 6194/74 não revogada pelas Leis 6205/75 e 6423/77. Aplicação da Súmula 37 deste E. Tribunal. Indenizatória procedente. Recurso improvido. (1º TACSP – AP 1023542-2 – (42926) – São Paulo – 4ª C. – Rel. Juiz Oséas Davi Viana – J. 06.03.2002)*

Portanto, os promoventes estão satisfeitos de que não tem mais a que buscar, a Promovida, além de demonstrar de forma equivocada que não tem interesse em pagar o seguro DPVAT e não encontrando outro caminho, vem invocar a Tutela Jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário para dirimir tal conflito.

### III - DOS PEDIDOS

**ANTE AO EXPOSTO**, requer a V.Exª., com fundamento no art.186 do Código Civil Pátrio, c/c, nos arts. 5º e 3º, “I”, ambos da lei nº. 6.194/74, requerer a procedência da presente, para o fim de condenar a Requerida no quanto que segue além de:

**a.** Ao pagamento da indenização em epigrafe, fundada no pagamento de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, referente a morte do de cujus, devendo para tanto tal indenização ser concedida **a autora MARIA DA LUZ DOS SANTOS, na qualidade de viúva meeira na razão de 50% (cinquenta por cento), e, aos descendentes ITALO HUGO SANTOS SILVA e ISLAYNE DOS SANTOS SILVA, os outros 50% (cinquenta por cento) restantes.**

**b.** Seja citada a Promovida através de AR, no endereço declinado, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão.

**c.** Seja designada audiência de conciliação, e, em ato continuo a de instrução e julgamento.

**d.** Seja proferida a intimação do douto Representante do Ministério Público desta Comarca de Picui, pois, essa presente ação dispõe sobre direitos tutelados por menor de idade.



**e.** Requer que lhes sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita nos termos da Lei 1.060/50.

**f.** Que com base na Sumula 54 do STJ, seja acrescido ao valor da condenação, juros e correção monetária retroativa à data do sinistro.

**g.** Seja condenada a demandada em honorários advocatícios, em 20% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85 do NCPC.

Protesta provar o promovente por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente por provas documentais e testemunhais.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,

Pede deferimento.

Picui – PB, 10 de novembro de 2017.

**NILO TRIGUEIRO DANTAS**

OAB-PB 13.220





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE PICUI

Cartório do Registro Civil

*Socorro Macêdo*

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Lúcia de Fátima Macedo Cavalcanti, Oficial do Registro Civil, desta Cidade de Picuí-PB na forma da Lei, etc..

CERTIFICO que às folhas 174-F, sob número 021444 do livro A-25 de Registro de Nascimento foi feito hoje o assentamento de ISLAYNE DOS SANTOS SILVA, nascida aos vinte e quatro de agosto de dois mil e seis (24/08/2006), as 14:10 horas em Unidade Materno Infantil de Picuí-PB, do sexo feminino. Filha de ZILTON DA COSTA SILVA e MARIA DA LUZ DOS SANTOS..

Sendo os avós ~~maternos VALDEMAR VICENTE~~ e ~~HERMÍNIA ELISA DA COSTA~~ e os avós maternos XXXX e REGINA MARIA DA CONCEIÇÃO..

Foi Declarante O GENITOR DA REGISTRADA. As testemunhas são as constantes do termo ..

O referido é verdade e dou fé.

Picuí-PB, 25 de agosto de 2006

- Registrador(a) -

*Ricardo Wagner Macedo Cavalcanti*  
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL  
Ricardo Wagner Macedo Cavalcanti  
Oficial Substituto  
COMARCA - PICUI - PB

*Ricardo Wagner Macedo Cavalcanti*  
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL  
Ricardo Wagner Macedo Cavalcanti  
Oficial Substituto  
COMARCA - PICUI - PB



**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL**

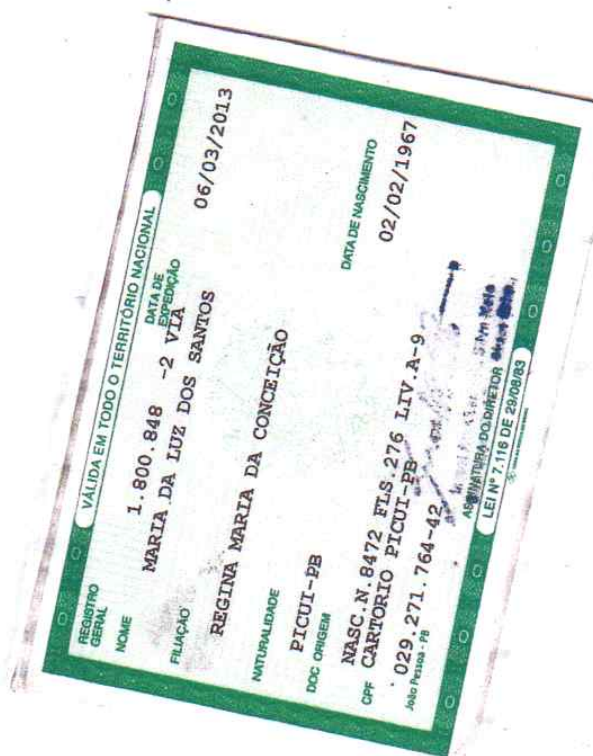
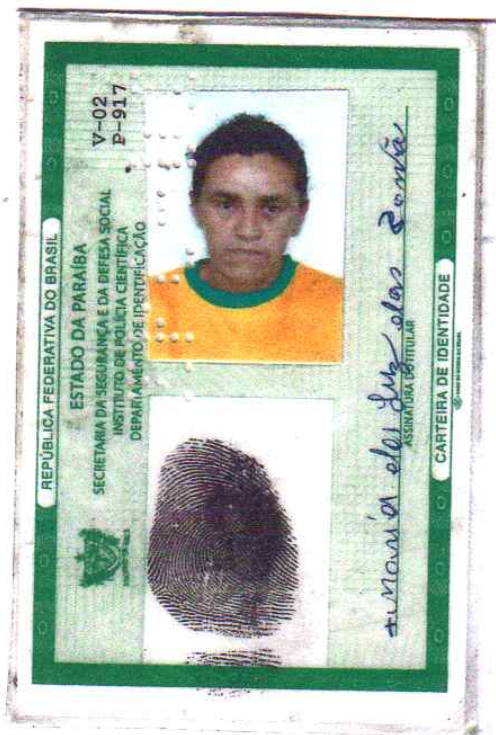
O(A) Outorgante MANA DA CUI DOS SANTOS  
brasileiro, PENSIONISTA, em uma ESTABE portador (a) do RG nº  
1800848 JOVIA expedido por SIDS/PB e CPF nº 029271764-42, residente e  
domiciliado(a) na(o) SITIO MANI MEIO  
nº 512, Bairro ZONA RURAL, Cidade PICUI UF PB, pelo presente  
instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu bastante procuradores e advogados os  
Bels. **NILO TRIGUEIRO DANTAS**, portador do CPF nº. 047.951.774-65, inscrito na OAB-PB sob nº. 13.220  
e na OAB-RN sob nº. 834-A, e, DIJANIellySON MONTEIRO NOBREGA, inscrito na OAB/PB sob nº.  
17068, brasileiros, casados, advogados, com endereço profissional na Rua Pedro Salustino de Lima, nº  
47, Empresarial Evanisa Dantas, Sala "E", Pedro Salustino, Picuí-PB, fone (0\*\*83) 3371-2274, a qual  
confere poderes para o foro em geral, nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil, podendo  
receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito  
sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir justiça gratuita e assinar  
declaração de hipossuficiência econômica, firmar compromissos, prestar primeiras e últimas  
declarações, receber e dar quitação, acompanhá-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos ou  
concordar com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal, repartições  
públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, **e, em especial**, receber em juízo  
o competente Alvará Judicial que for expedido em favor do(a) outorgante, praticar todos os atos  
necessários para o cumprimento deste mandato, inclusive substabelecer.

Picuí-PB, 02 de Dezembro de 2017.

\* MANA DA CUI DOS SANTOS  
Outorgante

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



FIRMAÇÃO PAULO  
MUNICÍPIO  
Cidade de São Paulo

REGISTRO CIVIL

NASCIMENTO Nº 8472

CERTIFICO que à folhas 276 do livro A 9, do Registro de Nascimento  
foi feito hoje o assento de MARIA DA LUZ DOS SANTOS

nascida aos dois(02) de fevereiro de mil novecentos e  
sessenta e sete(1967) às horas e minutos  
em sítio Cachoeira da Onça, deste Município  
do sexo feminino

filha de Regina Maria da Conceição, doméstica, natural do Munic. de Esperança  
e residente no sítio Cachoeira da Onça, deste Município.

São avós maternos: Maria Etelvina da Conceição

Foi declarante a genitora  
e serviram de testemunhas João Domingos do Nascimento e Francisco Lopes de Souza.

Observações: Registro feito no dia 3.4.1982.

O referido é verdade, dou fé.

Picuí, 03 de agosto de 1983

Roberto de Souza Cavalcanti





CONFERE COM ORIGINAL

Campina Grande-PB 14/09/17

Delegado de Souza Fernandes  
NECROTOXICÓLOGO POLICIAL  
Mat. 158963-1



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
NÚCLEO DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL - CG

C: 489616 Laudo nº: 03.03.01.122016.11924

NIC 2016 2937

## LAUDO TANATOSCÓPICO

Dr. Márcio Leandro da Silva, Chefe do NUMOL/Campina Grande atendendo a solicitação expedida da(o) Plantão Centralizado - 2ª DRPC de nº SN/2016, datada de: 09/12/2016, designou um(a) Perito(a) Médico-Legal para proceder o exame cadavérico no corpo que nos foi apresentado com o sendo de: ZILTON DA COSTA SILVA, Nacionalidade: brasileira, Estado civil: em união estável, 51 anos, natural de: Picuí/PB, sexo: masculino, filho/a de: Valdemar da Costa Silva e Hermínia Elisa da Costa, residente na Sítio Mari Preto, zona rural de Picuí/PB, descrevendo com verdade, e com todas as circunstâncias, o que encontrar, descobrir e observar e, bem assim responder aos quesitos no final formulados.

**HISTÓRICO:** Vítima de acidente de trânsito no dia 30/10/2016, por volta das 13h30, tendo sido socorrido pelo SAMU para o Hospital de Trauma de Campina Grande/PB, onde faleceu no dia 09/12/2016.

Exame realizado em: 09/12/2016 às 18:30h.

1 - **EXAME EXTERNO:** Foi apresentado para exame o cadáver de sexo masculino, de cor parda, medindo 162 cm de estatura, complexão física normolínea, aparentando bom estado de nutrição e conservação; está em rigidez cadavérica e mostra livores violáceos de hipóstase no dorso, estando o cadáver em boas condições de análise. O couro cabeludo dá implantação a cabelos curtos e grisalhos; apresenta lesão com bordos unidos por pontos de sutura em região frontoparietotemporal direita típica das produzidas em acessos neurocirúrgicos. A face não apresenta sinais traumáticos. Pálpebras abertas; globos oculares exibindo córneas translúcidas, pupilas mióticas, íris castanhas, escleróticas e conjuntivas preservadas. Dos condutos auditivos, das narinas e da boca não surdem secreções. Exame ODONTOLEGAL em anexo. O pescoço não permite movimentos anormais de rotação ou flexoextensão, caracterizando-se traqueostomia na região cervical anterior. O tronco é simétrico; tórax sem sinais traumáticos externos; abdome sem sinais traumáticos externos. Genitália externa compatível com o sexo masculino, sem sinais traumáticos. Membros superiores: escara de pressão nos cotovelos. Membros inferiores: escaras de pressão nas regiões calcâneas. Dorso revela escara de pressão na região sacral.

2 - **EXAME INTERNO: CAVIDADE CRANIANA** - Procedida a incisão bímastoidea, rebatido o escalpo, constatarem-se couro cabeludo apresentando craniectomia frontoparietotemporal direita com infiltrado hemorrágico subjacente e abóbada craniana com fratura temporoparietal à esquerda, além de importante edema encefálico. A base do crânio apresentava-se com fratura no andar médio à esquerda. **CAVIDADE TORACOABDOMINAL** - Feita incisão furculopubiana, dissecados os planos músculos-cutâneos das paredes, o plastrão condroesternal encontrava-se íntegro. Tórax e abdome sem sinais traumáticos. Terminada a necropsia e feita a reconstituição estética do cadáver o perito responde aos quesitos:

### RESPOSTAS AOS QUESITOS

1º. Se houve morte? SIM.

2º. Qual a causa da morte? TRAUMA CRANIOENCEFÁLICO SECUNDÁRIO-A ACIDENTE DE TRÁFEGO.

3º. Qual o instrumento ou meio que produziu a morte? MEIO CONTUNDENTE.

4º. Se foi produzida por meio de fogo, veneno, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel? NÃO.

E para constar foi exarado o presente laudo que segue devidamente rubricado e assinado pelo perito.

Dr(a). Arquimedes Aires Braga de Lira  
Mat: 168.225-3





GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
NÚCLEO DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL - CG

C: 489616 Laudo nº: 01211924

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
Unidade de Medicina Legal

CONFERE COM ORIGINAL

Campina Grande-PB

LAUDO TANATOSCÓPICO  
Seção de Odontologia

de Souza Fernandes  
NECROTOXICÓLOGO  
Mat. 159863-1

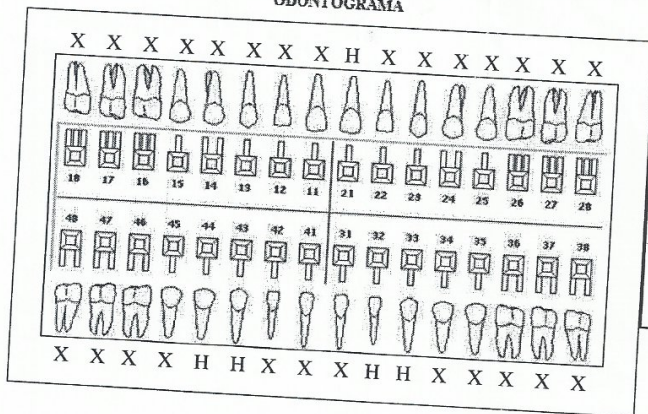
Data do exame: 09/12/2016 Hora do exame: 18h30min

Órgão Requisitante: Plantão Centralizado - 2ª DRPC. Nº da Solicitação: SN/2016. Autoridade Solicitante: Josefa Alves de Assis. Nome: ZILTON DA COSTA SILVA, 51 anos, filho (a) de: Valdemar da Costa Silva e de: Hermínia Elisa da Costa. Sexo: masculino. Estado civil: em união estável. Nacionalidade: brasileira. Natural de: Pico/PB. Profissão: agricultor (a).

DADOS CARACTERÍSTICOS:

Cabelos: Encaracolados e grisalhos. Rosto: Triangular. Sobrancelhas: Retas. Pálpebras: Semiabertas. Íris: Castanhos. Cor: Parda. Pupilas: Contraídas. Conjuntivas: Brilhantes. Nariz: Mesorrino. Boca: Grande. Lábios: Finos. Arco senil: Não. Barba: Feita. Bigode: Feito. Sinais Particulares: Não tem.

ODONTOGRAMA



R – Restauração  
C – Cárie  
X – Extração  
RR – Resto radicular  
A – Ausente  
H – Hígido  
F – Fratura

DESCRIÇÃO DO EXAME:

O cadáver apresentava-se em flacidez, surdida secreção purulenta do nariz e boca. Couro cabeludo apresentava ferida incisa unida por pontos de sutura em região frontoparietal direita. Complexo ucomaxilofacial e estruturas orais estavam íntegros. Dentes em péssimo de estado de conservação e higiene. Nada mais havendo a tratar, encerra-se esse laudo escrito e devidamente rubricado, com verso em branco.

Thiara Karine de Araújo  
Perita Oficial Odonto Legal  
CRO/PB 3944  
Mat. 182.390-6

Dr(a). Thiara Karine de Araújo  
Mat: 182.390-6





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL  
2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL  
13ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL – PICUÍ/PB  
DELEGACIA DE PICUÍ

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA**

**Nº 672 /2016**

**HORA DO FATO:** 14h

**DATA DO FATO:** 30/10/2016

**DATA E HORA QUE A DELEGACIA TOMOU CONHECIMENTO DO FATO:**

**ÀS 09h44min DO DIA 04/11/2016**

**O COMUNICANTE:** VALDEMAR VICENTE DA SILVA, brasileiro, casado, agricultor, natural de Picuí/PB, nascido em 24/11/1940, filho de Julia Francisca da Conceição, residente no Sítio Lagoa da Caatinga, Zona Rural de Picuí/PB, RG nº 2.495.942 SEDS/PB, CPF nº 226.245.464-72, tel: (83) 9.9880-4112, **ciente das sanções civis, administrativas e criminais as quais estará sujeito (a) caso o quanto aqui declarar não porte estritamente a verdade, assim faz o registro:**

**NARRAÇÃO DO FATO:** Narra o comunicante que pai de ZILTON DA COSTA SILVA; Que no dia 30/10/2016 por volta das 14h o seu vizinho conhecido por MENININHO, residente no Sítio Mari Preto, Zona Rural de Picuí/PB, chegou a sua residência e lhe comunicou que ZILTON havia sido vítima de um acidente automobilístico nas proximidades do Sítio Pororoca, próximo a Nova Floresta/PB; Que ZILTON vinha transitando em uma motocicleta e colidiu com veículo tipo CELTA; Que o motorista do veículo CELTA era Jeferson, filho Lamparina, residentes na cidade Picuí/PB; Que Jeferson acionou o SAMU da cidade de Cuité e permaneceu no local até a chegada do socorro; Que ZILTON foi encaminhado ao Hospital do Trauma em Campina Grande/PB, onde encontra-se internado até o momento e foi submetido a uma cirurgia devido os ferimentos ocasionados pelo acidente. Era o que tinha a registrar a qual vai assinada pela comunicante.

PICUÍ/PB, 04 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_  
COMUNICANTE

*Josiane Medeiros*  
Josiane Medeiros  
Ag. de Investigação  
Mat. 168.381-1





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL  
PLANTÃO CENTRALIZADO – CAMPINA GRANDE – PB

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA**

**Versando sobre ACIDENTE COM VÍTIMA FATAL**

Hora e data do fato: Às 13:30, do dia 30 de outubro de 2016.

Hora e data em que a Delegacia tomou conhecimento: Às 15:42, do dia 9 de dezembro de 2016.

Local do Ocorrido: ESTRADA DE TERRA-NOVA FLORESTA-PB.

**COMUNICANTE:** ERIVALDO DA COSTA SILVA, do sexo masculino, nascido no dia 30/08/1974, com 42 anos de idade, ID: 4252351, CPF: 01983517470, AGRICULTOR, filho de VALDEMAR VICENTE DA SILVA e de HERMINIA DA COSTA SILVA, escolaridade: MÉDIO COMPLETO, SOLTEIRO, natural de PICUI, BRASILEIRA, residente na SITIO LAGOA DA CATINGA, bairro ZONA RURAL, na cidade de PICUI, celular Nº 99518474

**VÍTIMA:** ZILTON DA COSTA SILVA, do sexo masculino, nascido no dia 20/04/1965, com 51 anos de idade, ID: 1028861, AGRICULTOR, filho de VALDEMAR DA COSTA SILVA e de HERMINIA ELISA DA COSTA, EM UNIÃO ESTÁVEL, natural de PICUI, BRASILEIRA, residente na SITIO MARI PRETO, bairro ZONA RURAL, na cidade de PICUI, PB

**TESTEMUNHAS: A APRESENTAR**

**HISTÓRICO:** No dia 30/10/2016 seu irmão Zilton conduzia uma moto, por volta das 13:30h da tarde, quando foi surpreendido por um veículo celta cor prata, placa KCU 2320 em alta velocidade que bateu de frente com ele; Que seu irmão Zilton teve traumatismo craniano, perdeu massa encefálica e foi atendido pelo SAMU e trazido para o Hospital de Trauma de Campina Grande; Que ficou internado na UTI vindo a falecer no dia de hoje 09/12/2016.

**AUTORIDADE**

*Josefa Alves de Assis*  
JOSEFA ALVES DE ASSIS

**COMUNICANTE**

*Erivaldo da Costa Silva*  
ERIVALDO DA COSTA SILVA

**ESCRIVÃ**

*Tereza Paula Eloi Diniz*  
TEREZA PAULA ELOI DINIZ



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTERIO DA JUSTICA

298180177-26480 DE/RAN - PB

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO

1 180197266 0960000799285-8

180197266 0000000000

JAILTON BARROSA DA SILVA ME

R VISTA ALEGRE 185/A  
58310000 CARDELO - PB

09243601000280

AX552 PB 902JC1801KR411556

PAS. AUTO. CILINDRICO ORIGIN. GASOLINA

2 P/125 /HP ALUGUEL PRETA

SEM RESERVA DE DOMINIO

AURELIANO DELFINO LEITE

JOAO PESSOA - PB

209396

08/10/96

240691



Sistema Integrado de Veiculo                      Funcionario 671  
VEIPC001 - Consulta ao Cadastro Local ==> CVP                      29/09/2017 14:25:01

Protocolo.: 201726000013226 Exercício: 2017 Mot.: 2    Dat/Cadas.: 21/12/2012  
Nome.....: FRANSCEINEIDE PEREIRA DOS SANTOS                      Dat/Atual.: 10/07/2017  
Identidade.: 31299    PB CPF/CNPJ: 07728421409    Dat/Aquis.: 08/06/2017  
Munic.Resid: PEDRA LAVRADA                      Endereco...: \*\*\*

Placa: KKU2320 0    Chassi: 9BGRX4810AG210214    Renavam:170875350  
Marc/Modelo: GM/CELTA 4P SPIRIT    Obs: NAO    Tipo: AUTOMOVEL  
Categoria.: PARTICULAR Espécie: PASSAGEIRO    Carroceria: NENHUMA  
Combustivel: ALCO/GASOL Ano: 2009 Modelo: 2010    Cor: PRATA    Potencia: 78  
Cilindradas: 1000    Pass: 5    Carga:    Eixos: 00 CMT: 001 90 PBT: 001 40  
Procedencia: NACIONAL    No. Motor: S90125271    Faixa de Seguro: 01  
Propr.Ant.: JEFFERSON TAUIN ARAUJO CAVALCANTE    CPF/CNPJ: 08014186400  
Placa Ant.: KKU2320 PE 2301    Restr Venda: SEM RESERVA DE DOMINIO

----- CONTROLE DO SISTEMA -----

D E T R A N: NAO		Seguro.....: NAO
Debitos Licenc.: NAO	P R F .....: NAO	Restricoes...: NAO
Controle Emissao: SIM	D E R .....: NAO	Roubo/Furto.: NAO
Atualizacao.....: SIM SIM	D N I T ....: NAO	Historico...: SIM
RECALL Montadora: NAO	PREFEITURAS: NAO	Outros.....: SIM
Restr. R.F.B : NAO	RENAINF.....: NAO	RENAJUD .....: NAO



### DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS

Declaro(amos), para os devidos fins e efeitos de direito, sob as penas da lei, que tenho(mos) conhecimento de que a vítima FILTON DA COSTA SILVA, em razão de acidente de trânsito, ocorrido em 30/10/16, faleceu em 09/12/16, no estado civil de SOLTEIRO (solteiro, casado, separado judicialmente, divorciado ou viúvo), deixando como único(s) herdeiro(s) legal(is) e beneficiário(s):

NOME COMPLETO	NA QUALIDADE DE (*)	RG	CPF
1. <u>ITALO HUGO SANTOS SILVA</u>	<u>FILHO</u>	<u>4223217 5505/13</u>	<u>108275244-24</u>
2. <u>ISLAYNE DOS SANTOS SILVA</u>	<u>FILHA</u>	<u>4223215 5505/13</u>	<u>108152924-57</u>
3.			
4.			
5.			

(\*) Especificar o grau de parentesco com a vítima

Declaro(mos), ainda que a vítima ☒ não deixou companheira(o) ou ( ) deixou companheira(o) de nome \_\_\_\_\_.

Por ser expressão da verdade, sem qualquer vício da vontade ou consentimento, o(a)s declarante(s) firma(m) a presente, juntamente com 2(duas) testemunhas, assumindo a responsabilidade pelas informações prestadas, tanto na esfera administrativa como judicial, com o encargo de responder(em) perante outros herdeiros /beneficiários, além dos informados, que possam reclamar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT.

LOCAL E DATA	ASSINATURA DO DECLARANTE
LOCAL E DATA	ASSINATURA DO DECLARANTE
LOCAL E DATA	ASSINATURA DO DECLARANTE
LOCAL E DATA	ASSINATURA DO DECLARANTE
LOCAL E DATA	ASSINATURA DO DECLARANTE

DADOS E ASSINATURA DO DECLARANTE TRATANDO-SE DE HERDEIRO(S) LEGAL(IS) MENOR(ES) DE IDADE (\*)

NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL ou ASSISTENTE	RG	CPF	ASSINATURA
1. <u>MARIA DA LUZ DOS SANTOS</u>	<u>1800898</u>	<u>023271764-42</u>	<u>Maria da Luz dos Santos</u>
2.			

DADOS DAS TESTEMUNHAS

NOME COMPLETO	RG	CPF	ASSINATURA
1. <u>GUSTAVO LEO MEDEIROS GUANO</u>	<u>2052547</u>	<u>112508824-94</u>	<u>Gustavo Leo Medeiros Guano</u>
2. <u>AVANI DIAS DA COSTA</u>	<u>308890</u>	<u>1088642487</u>	<u>Avani Dias da Costa</u>

(\*) OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- Na hipótese do herdeiro legal ter ATÉ 16 ANOS INCOMPLETOS, o responsável legal deverá assinar pelo menor.
- Caso o herdeiro legal possua entre 16ANOS (COMPLETOS) e 18 ANOS (INCOMPLETOS), o beneficiário deverá assinar normalmente no campo Assinatura do Declarante, e o Representante Legal ou Assistente deverá preencher e assinar no quadro (1).







## **SINISTRO 3170458594 - Resultado de consulta por beneficiário**

**VÍTIMA** ZILTON NA COSTA SILVA

**COBERTURA** Morte

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A #624

**BENEFICIÁRIO** ISLAYNE DOS SANTOS SILVA

**CPF/CNPJ:** 10815292457

**Posição em 28-09-2017 16:12:13**

Pedido de indenização negado conforme carta enviada ao beneficiário.





GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA  
DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Zilton da Costa  
Filho

Atestado

Atesto que o pa-  
ciente encontra-  
se nesta unidade  
de desde o dia  
30/10/2016, vitu-  
ma de Politrau-  
matismo, TCE gra-  
ve, passou por  
abertura neu-  
rocirúrgica em  
30/10/16, no mo-  
mento encontra-  
se em tratamen-  
to para pneumo-  
nia mesocisternal

MOD. 001

Data

Médico

Veine





GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA  
DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Eulton da Costa  
Alves  
Lauro Meixão

O paciente, por  
tratar de enter-  
obes CID-10 -  
V29.8, S06.9,  
J18.9, encon-  
ta-se inter-  
nado nesta  
unidade, sem  
previsão de  
alta hospi-  
talar.

MOD. 001

04/12/16

Data

Dr. Jaime E. Brito Araújo  
Médico  
CRM 0371  
CRMPE

Médico





GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA COM LUÍS GONZAGA FERNANDES

**ATESTADO**

Sr.(a) WILTON DA COSTA SILVA Atestamos para os devidos fins que o

encontra-se INTERNADO (A) nesta Unidade Hospitalar, submetendo-se a tratamento especializado desde 30, 10, 2016 NAUTI SEM PREVISÃO DE ALTA HOSPITALAR

AO TRAUMA

Campina Grande, 18, 11, 16

Verônica Cesarino de S. Machado  
MÉDICA  
CRM 3189

Ass. do Médico - Nº do CRM



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE  
PICUI – ESTADO DA PARAÍBA.**

**PROCESSO Nº. 0800909-85.2017.8.15.0271**

**ITALO HUGO SANTOS SILVA E**

**OUTROS**, já devidamente qualificada nesses autos da Ação de Cobrança que promove em desfavor da Seguradora Líder dos Consórcios Dpvt S.A., Vem, através de seu procurador, Advogado “in fine” assinado, mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência, nos termos do art. 290 do Código de Processo Civil, **REQUERER O CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DA PRESENTE AÇÃO, BEM COMO A EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO DESSE FEITO JUDICIAL**, tendo em vista que as partes autoras não possuem mais interesse em continuar com a presente ação, além de também não possuírem interesse no patrocínio desse causídico.

Nestes Termos,

Pede deferimento.

Picui – PB, 23 de janeiro de 2019.

**NILO TRIGUEIRO DANTAS**

OAB-PB 13.220







**Tribunal de Justiça da Paraíba  
Vara Única de Picuí**

**PROCESSO Nº 0800909-85.2017.8.15.0271**

**Natureza: PROCEDIMENTO COMUM (7)**

**AUTOR: ITALO HUGO SANTOS SILVA, ISLAYNE DOS SANTOS SILVA, MARIA DA LUZ DOS SANTOS**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**

**SENTENÇA**

**PROCESSO CÍVEL – PEDIDO DE DESISTÊNCIA – AUSÊNCIA DE CITAÇÃO – RELAÇÃO PROCESSUAL NÃO APERFEIÇOADA – AUSÊNCIA DE ÓBICE – HOMOLOGAÇÃO DA DESISTÊNCIA – EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.**

**Extingue-se o processo judicial quando a parte autora manifestar sua desistência e não houver óbice ao pedido.**

Vistos, etc.

Trata-se de ação de **PROCEDIMENTO COMUM (7)** envolvendo as partes qualificadas nos autos, pelos fundamentos fáticos e jurídicos expostos na exordial.

Antes da citação do réu, os autores requereram a desistência da ação (id nº 18774806).

É o relatório.

**Decido.**

Analizando os autos, tenho que o pedido de desistência merece acolhimento, uma vez que a parte autora não tem mais interesse no pedido.

Ademais, a parte demandada não chegou a ser citada, não se aperfeiçoando a relação processual, sendo despicienda a anuência da parte contrária em relação ao pedido de desistência.

Sendo assim, inexistindo óbice a extinção do processo, tenho que o pedido merece deferimento.



Posto isto, **HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA** da parte autora e, em consequência, **JULGO EXTINTO** o presente processo sem resolução do mérito, o que faço nos termos do art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil.

Custas pelo autor e honorários advocatícios que fixo em R\$ 400,00, cuja execução fica suspensa em face do benefício de justiça gratuita, a qual defiro na presente decisão.

**Publique-se, registre-se e intimem-se.**

Transitado em julgado, archive-se com as cautelas de praxe e baixa no registro.

Picuí, data de assinatura eletrônica.

**Anyfrancis Araújo da Silva**

**Juiz de Direito**





**Tribunal de Justiça da Paraíba  
Vara Única de Picuí**

**PROCESSO Nº 0800909-85.2017.8.15.0271**

**Natureza: PROCEDIMENTO COMUM (7)**

**AUTOR: ITALO HUGO SANTOS SILVA, ISLAYNE DOS SANTOS SILVA, MARIA DA LUZ DOS SANTOS**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**

**SENTENÇA**

**PROCESSO CÍVEL – PEDIDO DE DESISTÊNCIA – AUSÊNCIA DE CITAÇÃO – RELAÇÃO PROCESSUAL NÃO APERFEIÇOADA – AUSÊNCIA DE ÓBICE – HOMOLOGAÇÃO DA DESISTÊNCIA – EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.**

**Extingue-se o processo judicial quando a parte autora manifestar sua desistência e não houver óbice ao pedido.**

Vistos, etc.

Trata-se de ação de **PROCEDIMENTO COMUM (7)** envolvendo as partes qualificadas nos autos, pelos fundamentos fáticos e jurídicos expostos na exordial.

Antes da citação do réu, os autores requereram a desistência da ação (id nº 18774806).

É o relatório.

**Decido.**

Analizando os autos, tenho que o pedido de desistência merece acolhimento, uma vez que a parte autora não tem mais interesse no pedido.

Ademais, a parte demandada não chegou a ser citada, não se aperfeiçoando a relação processual, sendo despicienda a anuência da parte contrária em relação ao pedido de desistência.

Sendo assim, inexistindo óbice a extinção do processo, tenho que o pedido merece deferimento.



Posto isto, **HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA** da parte autora e, em consequência, **JULGO EXTINTO** o presente processo sem resolução do mérito, o que faço nos termos do art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil.

Custas pelo autor e honorários advocatícios que fixo em R\$ 400,00, cuja execução fica suspensa em face do benefício de justiça gratuita, a qual defiro na presente decisão.

**Publique-se, registre-se e intimem-se.**

Transitado em julgado, archive-se com as cautelas de praxe e baixa no registro.

Picuí, data de assinatura eletrônica.

**Anyfrancis Araújo da Silva**

**Juiz de Direito**



Ciente da Sentença.

SÓCRATES DA COSTA AGRA

Promotor de Justiça





**Tribunal de Justiça da Paraíba  
Vara Única de Picuí**

**PROCESSO Nº 0800909-85.2017.8.15.0271**

**Natureza: PROCEDIMENTO COMUM (7)**

**AUTOR: ITALO HUGO SANTOS SILVA, ISLAYNE DOS SANTOS SILVA, MARIA DA LUZ DOS SANTOS**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**

**SENTENÇA**

**PROCESSO CÍVEL – PEDIDO DE DESISTÊNCIA – AUSÊNCIA DE CITAÇÃO – RELAÇÃO PROCESSUAL NÃO APERFEIÇOADA – AUSÊNCIA DE ÓBICE – HOMOLOGAÇÃO DA DESISTÊNCIA – EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.**

**Extingue-se o processo judicial quando a parte autora manifestar sua desistência e não houver óbice ao pedido.**

Vistos, etc.

Trata-se de ação de **PROCEDIMENTO COMUM (7)** envolvendo as partes qualificadas nos autos, pelos fundamentos fáticos e jurídicos expostos na exordial.

Antes da citação do réu, os autores requereram a desistência da ação (id nº 18774806).

É o relatório.

**Decido.**

Analizando os autos, tenho que o pedido de desistência merece acolhimento, uma vez que a parte autora não tem mais interesse no pedido.

Ademais, a parte demandada não chegou a ser citada, não se aperfeiçoando a relação processual, sendo despicienda a anuência da parte contrária em relação ao pedido de desistência.

Sendo assim, inexistindo óbice a extinção do processo, tenho que o pedido merece deferimento.



Posto isto, **HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA** da parte autora e, em consequência, **JULGO EXTINTO** o presente processo sem resolução do mérito, o que faço nos termos do art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil.

Custas pelo autor e honorários advocatícios que fixo em R\$ 400,00, cuja execução fica suspensa em face do benefício de justiça gratuita, a qual defiro na presente decisão.

**Publique-se, registre-se e intimem-se.**

Transitado em julgado, archive-se com as cautelas de praxe e baixa no registro.

Picuí, data de assinatura eletrônica.

**Anyfrancis Araújo da Silva**

**Juiz de Direito**

